

EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

O BRASIL FRENTE À DINÂMICA DO CAPITALISMO PERIFÉRICO DEPENDENTE: as contradições do desenvolvimento capitalista brasileiro

BRAZIL IN THE DYNAMICS OF PERIPHERAL DEPENDENT CAPITALISM: the
contradictions of Brazilian capitalist development

Anna Raquel Andrade Gonzaga¹
Mikaele De Vêras Matias²
Terçália Suassuna Vaz Lira³

RESUMO

O artigo aborda a inserção da América Latina, especialmente do Brasil, na divisão internacional do trabalho, como país periférico dependente. Destaca-se a superexploração da força de trabalho para compensar a transferência de valor para os países centrais, gerando dependência econômica. O capitalismo brasileiro, influenciado pela estrutura agrária exportadora, enfrenta desafios devido à crise estrutural do capital, agravada pela crise de 2008 e a pandemia de 2019. A resposta incluiu políticas neoliberais e acumulação flexível, impactando a classe trabalhadora e a economia. Em síntese, o texto discute as particularidades do capitalismo brasileiro, sua dependência aos países centrais e os desafios diante da crise estrutural contemporânea, utilizando o método materialista histórico-dialético e a teoria marxista da dependência.

Palavras-chave: Crise do Capital. América Latina. Dependência. Superexploração da força de trabalho.

ABSTRACT

¹ Bacharel em Serviço Social; Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); E-mail: anna.gonzaga@aluno.uepb.edu.br; O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001;

² Bacharel em Serviço Social; Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); E-mail: mikaele.matias@aluno.uepb.edu.br;

³ Docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social; Doutora em Serviço Social; Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); E-mail: tercalialira@servidor.uepb.edu.br.

The article discusses the insertion of Latin America, especially Brazil, in the international division of labor, as a dependent peripheral country. It highlights the overexploitation of the workforce to compensate for the transfer of value to the central countries, generating economic dependence. Brazilian capitalism, influenced by the agrarian export structure, is facing challenges due to the structural crisis of capital, aggravated by the 2008 crisis and the 2019 pandemic. The response has included neoliberal policies and flexible accumulation, impacting the working class and the economy. In summary, the text discusses the particularities of Brazilian capitalism, its dependence on the central countries and the challenges facing the contemporary structural crisis, using the dialectical historical materialist method and the Marxist theory of dependence.

Keywords: Capital crisis. Latin America. Dependency. Overexploitation of the workforce.

1 INTRODUÇÃO

A América Latina é uma região marcada por profundas assimetrias econômicas, sociais e políticas, inserida em uma dinâmica de desenvolvimento desigual dentro do sistema capitalista mundial. A partir disto, o presente artigo analisa o contexto específico do Brasil dentro desse panorama, destacando sua condição de país periférico e dependente, cujo desenvolvimento econômico e social é moldado por uma série de fatores históricos, estruturais e políticos.

O Brasil, inserido na divisão internacional do trabalho de forma subordinada, contribuiu para o crescimento e acumulação de capital nos países centrais, enquanto permanece subdesenvolvido e dependente. A obra de autores como Ruy Mauro Marini, Caio Prado Júnior, Marcelo Carcanholo e Terçália Lira abordam a relação de dependência dos países periféricos com os países centrais e a superexploração da força de trabalho como elementos-chave desse processo.

A presente análise também aborda o impacto da crise estrutural do capital que se faz sentir de maneira aguda no Brasil, principalmente após a crise de 2008, exacerbando ainda mais as desigualdades sociais e econômicas e ampliando a superexploração da força de trabalho no país. As políticas neoliberais adotadas como resposta à crise aprofundam ainda mais os desafios enfrentados pela classe trabalhadora brasileira. No contexto brasileiro, a crise capitalista se manifesta na diminuição dos postos de trabalho, no aumento do desemprego e na precarização das condições laborais, resultado das políticas ultraneoliberais implementadas após o golpe de 2016. A aprovação de legislações que desregulam os direitos sociais, como a Emenda

Constitucional 95/2016 e a contrarreforma trabalhista, contribui para a intensificação da superexploração da força de trabalho, visando aumentar as taxas de lucro em meio à crise econômica.

Assim, o ultraneoliberalismo⁴ emerge como uma resposta do capitalismo brasileiro à queda da taxa de lucro frente à crise global, buscando compensar essa diminuição por meio da expropriação dos direitos dos trabalhadores. Nesse contexto, torna-se fundamental compreender as dinâmicas específicas do capitalismo brasileiro, sua relação de dependência com os países centrais e os desafios enfrentados pela classe trabalhadora diante dessa conjuntura. Em suma, esta análise busca compreender as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, contextualizando-o dentro do quadro mais amplo do capitalismo periférico latino-americano.

2 A ECONOMIA DEPENDENTE BRASILEIRA INSERIDA NO CAPITALISMO MUNDIAL

A América Latina, não poderá jamais se desenvolver da mesma forma que se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas e/ou desenvolvidas, uma vez que o que se opera nessa região é o chamado capitalismo periférico, por ela estar inserida na divisão internacional do trabalho de forma subordinada. “Ela [...] nasce para atender a uma demanda pré-existente, e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados” (Marini, 2017, p. 340). Contudo, ela desempenha um papel importante nessa divisão, uma vez que a industrialização nos países centrais não seria possível sem as suas exportações. Dessa forma, contribuindo para o aumento da taxa da mais-valia nos países centrais. Marini (2017, p. 327), aponta que,

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.

⁴ O termo ultraneoliberalismo como fase mais avançada do neoliberalismo, o seu recrudescimento. O seu 3º momento. Há mais elementos sobre o ultraneoliberalismo ao decorrer do texto.

O autor ainda destaca que ao passo que a América Latina contribui para a acumulação de capital nos países centrais, acarreta na sua dependência aos mesmos, uma vez que se utiliza da superexploração da força de trabalho para compensar a transferência de valor para esses países. Assim,

Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo (Marini, 2017, p. 337-338)

Inserido nessa divisão internacional do trabalho, o Brasil é um dos países de economia periférica dependente, no qual é subdesenvolvido comparado aos países de capitalismo central. Para Marini (2005, p. 141), a dependência se expressa por meio de “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. Ressalta-se que na América Latina, o Brasil impera como os países de economias centrais através do subimperialismo.

É importante destacar que,

É certo que são as condições próprias da economia brasileira que lhe permitiram levar bem adiante a sua industrialização e criar inclusive uma indústria pesada, assim como as condições que caracterizam a sua sociedade política, cujas contradições têm dado origem a um Estado militarista de tipo prussiano, as que levaram o Brasil ao subimperialismo, mas não é menos certo que esse não é nada mais do que uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no marco do capitalismo dependente (Marini, 2017, p. 345).

O próprio desenvolvimento desigual e combinado ou intercâmbio desigual é necessário para o desenvolvimento do capitalismo, pois é importante e necessário na dinâmica capitalista mundial que existam países subordinados e países que subordinam para dar continuidade à essa lógica capitalista de dominação. Ressalta-se também que essa dinâmica capitalista é desigual e combinada ao mesmo tempo, e opera em ritmos diferenciados nos diversos espaços nacionais, afetando tanto os países capitalistas, como a relação entre eles. No Brasil, a reprodução do padrão latifundiário contribui para esse desenvolvimento desigual e combinado e para a condição do capitalismo periférico.

Ao destacar o sentido da colonização no Brasil, Caio Prado Jr (2006) aponta que esse sentido nada mais é do que a dependência que o Brasil tem em relação aos grandes centros da

economia mundial, por apenas exportar para fora. Além da exploração dos recursos naturais em um território virgem em proveito do comércio Europeu. Assim, como nossa industrialização provém do latifúndio agrário exportador, é nos impostos uma retração, na qual o país se torna dependente de produtos que não produzem aqui, como no caso das tecnologias.

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e as economias brasileiras (Prado Jr., 1970, p. 23).

Segundo as ideias de Marini (1973), o intercâmbio desigual acontece quando as economias desenvolvidas (países centrais) não existiriam se não mantivessem uma relação simbiótica com as chamadas subdesenvolvidas (países periféricos - como o Brasil). Uma necessita da outra para se manter dentro da dinâmica do capitalismo em escala mundial. Lira (2018, p. 905, grifo nosso) acrescenta que “[...] os países de capitalismo central e os países do capitalismo periférico compõe uma unidade histórica, onde o desenvolvimento de uns acarreta no desenvolvimento de outros”.

Cabe destacar que sendo o Brasil um país de economia periférica dependente, que, para realizar a apropriação da mais valia e a transferência de valor exigida pelos requisitos de sua forma de inserção no capitalismo mundial, promove o intercâmbio desigual, utiliza-se da superexploração da força de trabalho, para garantir a transferência de valor, o que implica na violação do fundo de vida e de renda das famílias trabalhadoras. Ressalta-se que, no Brasil, a reprodução do padrão latifundiário contribuiu para esse desenvolvimento desigual e combinado e para a condição do capitalismo periférico.

Segundo Marini (2017, p. 353) o “fundamento da dependência é a superexploração do trabalho”. Assim, na particularidade brasileira, enquanto país de economia periférica dependente, não há preocupação em atender as necessidades dos trabalhadores - tendo em vista que a produção é voltada para atender as demandas externas, dos países centrais - uma vez, conforme já dito, é a superexploração da força de trabalho que possibilita compensar as perdas ocorridas na transferência de valor.

Assim, essa superexploração acontece quando é negado ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho, quando lhe é obrigado a despende de uma força de trabalho além do habitual; quando lhe é retirado a possibilidade de consumo

que o ajuda a conservar sua força de trabalho; e além disso a sua força de trabalho é remunerada abaixo do seu valor. As consequências dessas condições de trabalho e salário vem incidir fortemente sobre a vida das famílias da classe trabalhadora, uma vez que impacta sobre elas o baixo consumo de todos, decorrente dos baixos rendimentos retirados da venda da força de trabalho em geral.

Lira (2018, p. 908), destaca que a superexploração da força de trabalho trata-se de,

[...] uma forma particular que a América Latina desenvolve para reverter sua perda de lucro na relação de dependência com o mundo, o que implica aumentar os gastos com a força de trabalho ou elevar a taxa de mais valia através de arrocho salarial e/ou aumento da jornada e intensidade do trabalho. O resultado é uma violenta e exacerbada exploração da força de trabalho.

Destaca-se que há outros indicadores da superexploração da força de trabalho na particularidade brasileira, considerando os estudos de Luce (2012) e Lira (2020): existência de jornadas superiores a 44 horas semanais, pessoas com necessidade de exercer dois ou mais empregos, aumento de acidentes de trabalho e de doenças laborais, remuneração inferior ao salário mínimo necessário, índices alarmantes de trabalho infantil, persistente utilização de formas arcaicas de trabalho infantil como nos serviços domésticos, mulheres com jornadas extensas e intensas em atividades precárias de trabalho realizadas em conciliação com o trabalho gratuito desenvolvido no espaço doméstico.

Essa condição de dependência do país é agravada com a crise estrutural do capital que já dá seus primeiros indícios em 1968/69, e se inicia em 1970, como destaca Carcanholo (2018). Para esse autor, o efeito da crise para as economias periféricas foi agravar o quadro conjuntural de uma inserção na economia mundial que já é, por motivos estruturais dependente e subordinada ao comportamento do centro da acumulação mundial capitalista. Para falarmos da crise estrutural do capital, primeiramente, é preciso apontar que as crises são inerentes ao modo de produção capitalista. São crises cíclicas⁵, como aponta Mészáros (2009). Logo, não há capitalismo sem crises. Elas são resultado da dinâmica contraditória desse modo de produção. “Isso significa que, se quisermos encontrar a(s) causa(s) da crise, devemos enfrentar o fato de que o capitalismo, recorrentemente, entra em crise porque cresceu, e voltará a crescer porque entrou em crise” (Carcanholo, 2010, p. 01).

⁵ “Crise cíclica é uma outra forma de denominar a dinâmica contraditória (dialética) do processo real de acumulação de capital, e não apenas uma etapa do ciclo” (Carcanholo, 2010, p. 02).

A crise estrutural que já estava em curso, foi fortemente impactada com a crise de 2008 que se espalhou em escala planetária e que foi acentuada com a pandemia em 2019, revelando assim a face mais devastadora e destrutiva do capital. Essa crise de 2008, decorreu da crise da bolha imobiliária dos Estados Unidos, também conhecida popularmente como a crise do subprime⁶, que se espalhou em escala mundial, impactando e endividando também os outros países, inclusive o Brasil. A crise foi socorrida pelo Estado tendo em vista que esta instituição no tardo-capitalismo tem como função a contenção das crises, como aponta Mandel (1982). Segundo Silva (2021),

[...] sob a retórica de um necessário ajuste fiscal, exercem uma mão pesada na destruição maciça e célere dos bens e direitos sociais, direcionando os fundos públicos para o sorvedouro das dívidas, e, segundo, com o consentimento ativo de suas burguesias internas, empreendem uma entrega robinhoodiana de recursos naturais e sociais, para o usufruto da lógica espoliativa do sistema, ao preço de verdadeiros crimes de lesa pátria e de lesa humanidade. (Silva, 2021, p. 432).

Em relação a crise estrutural do capital e a crise de 2008, Lira (2022) complementa:

O cenário atual aponta para a compreensão que a crise estrutural do capital se aprofunda com a crise econômica mundial de 2008 e suas formas de enfrentamento pelo grande capital, internacional e nacional, agora sob determinações do setor financeiro da economia, impõe a necessidade de luta e resistência em defesa dos direitos sociais e contra as medidas de austeridade fiscal que vêm sendo adotadas por vários governos, e em especial pelo governo brasileiro. (Lira, 2022, p. 45).

Destarte, quem sofre os impactos dessa crise é a classe trabalhadora, uma vez que o capitalismo tenta se reerguer às custas dos trabalhadores, principalmente atacando os seus direitos sociais. Ressalta-se que a cada crise, se renovam os mecanismos de superexploração da força de trabalho. A crise do capital contemporâneo, de acordo com Netto (2012), atinge todas as esferas que configuram o capitalismo, seja ela política, econômica ou social.

Para dar respostas a essa crise, se buscou um modelo de acumulação flexível, adotado pela reestruturação produtiva e pelo aporte ideológico do neoliberalismo, tendo como base a flexibilização dos processos de trabalho, do mercado, dos produtos e do padrão de consumo, além do aumento das privatizações. Segundo Carcanholo (2018),

⁶ O termo “subprime” refere-se a empréstimos concedidos a pessoas com alto risco de crédito, isto é, com pouca estabilidade financeira e credibilidade para pagar contas. Ver sobre em: <https://warren.com.br/magazine/crise-do-subprime/>.

O neoliberalismo aprofundou a condição dependente das economias da região, uma vez que incrementou a transferência de valor produzido nessas economias, mas que é apropriado e acumulado nas economias centrais. Essas transferências de valor incluem tanto os diferenciais de produtividade média entre os capitais em cada uma das economias, como também os pagamentos de serviços de dívida e do passivo externo (Carcanholo, 2018, p. 31).

É com essa crise que se inicia também as transformações no mundo do trabalho, pois a esfera da reestruturação produtiva atinge a divisão sócio-técnica do trabalho, impactando diretamente no emprego, nas jornadas de trabalho e nas condições de trabalho. Dentre esses fatores, Carcanholo (2010, p. 03) destaca outros elementos como respostas para essa crise no capitalismo contemporâneo:

[...] a implementação das reformas neoliberais - no centro e na periferia do sistema - como uma forma de elevar as taxas de mais-valia e incentivar a retomada da lucratividade do capital; a exacerbação da transferência de recursos da periferia para o centro, que permitem impulsionar a dinâmica de acumulação nos principais países capitalistas; a expansão dos mercados, como forma de garantir novos espaços de realização/valorização para o capital sobrando, manifesta, por exemplo, na pressão por aprofundamento da abertura e liberalização do comércio mundial; a aceleração da rotação do capital, tanto na esfera produtiva quanto na circulação de mercadorias, o que propicia o aumento das taxas de lucro.

Segundo Antunes (2010), a crise capitalista mundial vem contribuindo para a deterioração da legislação que regulamenta as relações de trabalho, e, conseqüentemente, tem colaborado para o surgimento de uma nova morfologia do trabalho, que repercute também na esfera das profissões, expressando-se através da ampliação de contratos temporários e em tempo parcial, o aumento da subcontratação, do pluriemprego, da polivalência, da desespecialização, da informalidade etc.

Assim, a crise capitalista associada aos impactos das transformações do mundo do trabalho e da financeirização da economia num quadro de uma economia periférica-dependente que tem como base a superexploração do trabalho, não é de estranhar os resultados desastrosos que se fazem sentir e que se refletem em todas as esferas da vida social, não só na economia, mas também na cultura, com o avanço do conservadorismo, e sobretudo na política, como é o caso do Brasil, com a direita retomando o poder, via golpe de Estado. (Lira, 2018, p. 913)

No Brasil, a superexploração da força de trabalho vem sendo recrudescida após o golpe de 2016, com a implementação do ultraneoliberalismo, o que acarretou a desregulamentação de legislações e aprovação de políticas de cunho ultraneoliberal - tanto por Temer como por

Bolsonaro. Tais medidas, em lugar de garantir proteção social ao trabalhador, como mostrava o discurso justificador das contrarreformas, ampliam o campo de exploração do capital ao trabalho.

A exemplo desse processo contrarreformista, cabe destacar a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, na forma de um rígido mecanismo de ajuste fiscal. Além disso, a Contrarreforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), responsável por um retrocesso histórico da legislação trabalhista e que alterou mais de cem artigos da CLT em aspectos cruciais. E a aprovação de uma lei específica da Terceirização (Lei nº 13.429/2017) permitindo a terceirização para atividades-fim e não apenas atividades meio das empresas.

Lira (2022, p. 45) destaca que,

No Brasil, a crise capitalista se expressa na diminuição dos postos de trabalho, no aumento do desemprego, na precarização das condições de trabalho e salários, na reforma trabalhista que vem eliminar direitos historicamente conquistados. Como resposta à crise, busca-se reforçar a superexploração da força de trabalho para reverter o quadro de crise econômica e assim aumentar as taxas de lucro.

O ultraneoliberalismo expressa a forma encontrada para compensar a queda da taxa de lucro brasileira, diante da crise capitalista mundial. Os ataques aos direitos trabalhistas evidenciam claramente isso. Busca-se com a expropriação exponencial dos direitos dos trabalhadores compensar a transferência de valor para os países centrais. Dessa forma, se acentua a superexploração e precarização da força de trabalho no Brasil.

Percebe-se que o acirramento das medidas de superexploração da força de trabalho no Brasil expressa a demanda do capital, diante da crise que se desenrola desde 2008, em suas diferentes fases. Em um contexto mais amplo, este cenário referencia a subordinada inserção da economia brasileira ao capitalismo mundial, proporcionando um cenário de permanente precarização.

3 CONCLUSÃO

Em suma, o presente trabalho explorou a dinâmica complexa do capitalismo periférico, com foco na particularidade brasileira, destacando a superexploração da força de trabalho como um mecanismo fundamental na reprodução desse sistema. Ao longo do texto, foi

evidenciado como a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, desde sua formação histórica até os dias atuais, tem perpetuado relações de dependência e subordinação aos países centrais, refletindo-se na exploração e expropriação intensiva dos trabalhadores e na manutenção de estruturas socioeconômicas desiguais.

Ficou claro que a superexploração da força de trabalho não é apenas algo conjuntural dos países dependentes, mas sim uma condição estrutural do capitalismo periférico, uma vez que se perpetua ao longo do tempo e se intensifica em momentos de crise. A análise das crises econômicas, especialmente a de 2008 e suas consequências, revelou como o capitalismo busca se reerguer às custas dos trabalhadores, aprofundando processos de precarização e exploração.

Em última análise, destaca-se a importância de uma reflexão crítica e de totalidade sobre a dinâmica desigual operada pelo capitalismo em escala mundial que sustentam o capitalismo periférico e a superexploração da força de trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2010.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. A crise do capitalismo dependente brasileiro. In: MACÁRIO, Epitácio. et all. (Orgs). **Dimensões da Crise Brasileira: dependência, trabalho e fundo público**. Fortaleza: EdUECE; Bauru: Canal 6, 2018.

CARCANHOLO, M. D. CRISE ECONÔMICA ATUAL E SEUS IMPACTOS PARA A ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA. **Revista Aurora**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2010. DOI: 10.36311/1982-8004.2010.v3n2.1226. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1226>. Acesso em: 15 mar. 2024.

DIEESE - análise cesta básica - Salário mínimo nominal e necessário - setembro/2023. **DIEESE**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasicasalarioMinimo.html>. Acesso em: 12 fev. 2024.

LIRA, T. S.V. **A (des) proteção social à infância e adolescência no Brasil**. 1. ed. Campina Grande: Eduepb, 2022.

LIRA, T. S. V. A PERSISTENTE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA AMÉRICA LATINA E A FALÁCIA DA ERRADICAÇÃO. **QUALITAS REVISTA ELETRÔNICA**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 145–166, 2020. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/QUALITAS/article/view/2592>. Acesso em: 23 fev. 2024.

LIRA, T. S. V. SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO, CRISE MUNDIAL E GOLPE DE ESTADO NO BRASIL. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/3211/321158845015/html/index.html>. Acesso em: 12 dez. 2023.

LUCE, M. S. A superexploração da força de trabalho no Brasil. **Revista Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 32, p.119-141, 2012.

MANDEL, E. O Estado na Fase do Capitalismo Tardio. *In: O Capitalismo Tardio*. Trad. Carlos Eduardo S. Matos et al. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 325–356, 2017. DOI: 10.9771/gmed.v9i3.24648. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648>. Acesso em: 03 mar. 2024.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. *In: TRASPADINI, R. Stédile J. P. (orgs) Ruy Mauro Marini, vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, José P. A crise do capital e consequências societárias. *In: Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 23ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. 390p.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

SILVA, S.S.S. Expressões contemporâneas do imperialismo e desafios à sua análise. Florianópolis: **Katálysis**, v. 24, n.2, p. 427-437, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/Gg8wjw4vLMYtXxX4b4MHmDf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2024.